

tópicos, qual o tamanho do déficit, sempre questionamos: quantas casas têm que ser feitas? É explicar que isso é projeção, que é orientativa, que é um grande objetivo a ser cumprido, é um balizador de política e ação e que precisa dessa revisão, temos que deixar muito claro o que é um Plano Estratégico que é um balizador que você congrega os interesses da sociedade, ter esse consenso em cima do Plano e saber que ele precisa de reajustes ou ajustes ao longo do tempo, novos estudos feitos com a saída do CENSO que seja, acho que temos a principal condição dentro do Plano para dentro do Conselho discutir, avançar, deliberar em cima desse Plano para que ele efetivamente comece a entrar em prática, a questão de cenários no Plano talvez tenhamos que dar uma aprimorada, entrar até num preâmbulo melhor do capítulo explicando o que é uma composição de cenário e em cima disso colocar essas questões que ele deixou muito claro para nós, que é o que faltava, em minha opinião, aqui no texto. Tí-nhamos colocado das Oficinas Regionais, estamos de acordo disso, SEHAB acho que também já trabalhou internamente nesse sentido, data e calendário Tereza. Sr. - A proposta feita pela Secretaria na pessoa da Coordenadoria de Habitação que é Elisabete França é a de fazer as reuniões regionais, em algumas regiões serão 4, no caso da Leste são 4, no caso da Norte são 3, no manancial são 3, enfim, essas reuniões seriam feitas na 2ª quinzena de setembro. (Final da gravação)

#### SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMM

Reunião do Grupo de Trabalho “Plano Municipal de Habitação”  
Data: 30.07.2010

Local: 26º Prédio Martinelli

**Presentes:** Conselheiro André Luis Gutierrez Pereira (SMDU); Conselheiros Flávio Teixeira dos Santos e Jose Alves Dias (Associação Unificadora de Loteamentos, Favelas e Assentamentos de São Paulo – AULFASP) Conselheira Marly Namur ( USP); Conselheira Maria Claudia Souza ( CDHU); Conselheira Valentina Denizo ( SH); Conselheira Luiza H. Martins (SEHAB); Erica Magri (SEHAB/HABI Sudeste); Convidados: Zoraide S Souza e Elza Barroso de Santana (Associação Unificadora de Loteamentos, Favelas e Assentamentos de São Paulo – AULFASP); Alonso Lopes ( HABI Centro); Felinto Cunha ( HABI Leste); Alexandre Cordeiro ( HABI Sudeste); Emilia Onohara ( HABI Norte) / Carlos Alberto Pellarini (HABI Sul); Arq. Violeta Kubrusly (HABI G/ Grupo de Apoio Técnico - GAT; Tereza Beatriz Herling (SEHAB/ PMH), Mônica Bueno Leme (Centro Universitário Belas Artes de São Paulo ) e Núria Pardillos (Planejamento/ HABI ).

#### Registro das discussões e deliberações

No início da reunião, foi acordado entre os presentes, que seria discutido apenas o cronograma dos encontros regionais e o assunto metas e demanda passaria para a próxima reunião do GT. Foi apresentada a proposta de realização de mais de um encontro por região, durante a semana no período da noite:

\* Região Sul: 3

\* Região Sudeste: 4

\* Região Leste: 4

\* Região Norte: 3

\* Mananciais: 4

\* Região Centro: 1

Ficou acordada a realização de um encontro na USP, abrangendo docentes e discentes das entidades de ensino para 4.a feira à tarde, na mesma quinzena de setembro. Conselheiro André registrou a solicitação do SINDUSCON, de realização de reunião específica com o segmento.

Os locais ainda não estão definidos. A princípio, pretende-se realizar reuniões nas subprefeituras e CEUS, nas semanas de 15 a 19 ou de 22 a 26 de setembro.

Considerando que a expectativa é de abranger em torno de 150 pessoas por encontro, discutiu-se a forma de divulgação e de inscrição. Quanto às inscrições, os conselheiros presentes consideraram que o fato de se optar por realizar as reuniões durante a semana e à noite acarretará uma participação menor, de tal modo que a inscrição seria dispensável.

Quanto à divulgação, houve dúvidas em relação a quem fará a mobilização para as reuniões. Arq. Violeta sugeriu a composição dos encontros por “delegados”, de maneira semelhante ao ocorrido nas Conferências das Cidades e, nesse caso, o grupo teria que organizar uma proposta de organização da indicação desses delegados. Outra proposta, baseada no que já foi discutido anteriormente nas reuniões deste GT, sugere que a divulgação seja realizada pelos próximos conselheiros, entre seus pares, conjugada à divulgação que farão as equipes de HABI e RESOLO nas áreas onde há intervenções em andamento e à divulgação nas subprefeituras. Foi sugerida a entrega das cartilhas junto com panfletos, mas não houve consenso em relação a essa proposta. A forma de divulgação bem como o formato dos encontros será discutido numa reunião específica do Pleno do Conselho Municipal de Habitação, convocada para este fim e proposta pelo grupo para 19.08.

Quanto a organização dos encontros, foi lembrado aos presentes que em reunião anterior o Grupo já havia aprovado a elaboração de uma Cartilha para embasar as discussões. Uma minuta dessa cartilha será preparada por Tereza Herling e discutida em reunião do Conselho Municipal.

Foi sugerido que haja uma exposição inicial, em cada encontro, e que os presentes possam apresentar sugestões e demais considerações sobre o Plano no momento de debate e encaminhar por escrito para a mesa coordenadora de cada encontro. Todas as falas serão gravadas e até 30.09 será realizado, por uma Comissão específica, o trabalho de sistematização das contribuições, que será apresentado novamente em uma reunião plenária do Conselho Municipal de Habitação.

#### PRÓXIMAS REUNIÕES

13.08.2010. Reunião do GT para discussão das metas.

19.08.2010. Proposta de reunião do Pleno do Conselho, convocada especificamente para apresentação do cronograma dos encontros regionais, discussão do formato dos encontros, da cartilha utilizada como subsídio, da forma de divulgação e agendamento de discussão específica sobre o Plano. Regionais: a partir de 13 de setembro de 2010.

#### SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMM

##### ATA DA REUNIÃO DO

##### GT PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

##### GESTÃO 2009/2011

Data da Reunião: **13 de agosto de 2010**

Local: Rua São Bento, 405 – 11º andar – Sala de Reuniões da HABI-GAB – Edifício Martinelli - Centro – São Paulo

No dia 13 de agosto de 2010, se reuniram na Sala de Reuniões da HABI-GAB, na Rua São Bento, 405 – 11º andar do Edifício Martinelli - Centro – São Paulo, para a Reunião do Plano Municipal de Habitação – gestão 2009/2010, vários participantes, a reunião é iniciada pelo Sr. André - Já bem anteriormente vem sido discutido para que os Conselheiros possam, nas discussões regionais junto com as HABIs regionais, subsidiarem os Movimentos Populares e principalmente as pessoas interessadas no assunto, uma discussão mais qualificada do Plano, ficou acertado então que teria uma proposta da reunião do dia 19/08 do Pleno do Conselho ser apresentado o Plano, levem na próxima reunião da Comissão Executiva no dia 19/08 a preposição de uma reunião extraordinária do CMH antes do dia 16/09 que é a nossa próxima

reunião do Conselho, para ter uma discussão ampla com os Conselheiros e de instrução sobre o Plano de Habitação, preparatória para as discussões regionais que começariam a partir do dia 13 até o dia 24 de setembro. Sr. Violêta - Pela questão mesmo logística e operacional, de ficar praticamente impossível fazer essa convocatória para uma Extraordinária e depois manter a agenda, se é possível, vou estar fazendo outra proposta que é a pauta da reunião do dia 16/09 ser essa apresentação do Plano na Plenária que já está marcada, estou propondo aqui que deixemos para a Plenária já estipulada e aprovada, que é no dia 16, não faria muita diferença deixarmos para o dia 16, são 3 dias só a menos que o calendário inicial, sendo que os subprefeitos já teriam tomado conhecimento, então eu não poderia fazer uma Extraordinária ainda nesse período em que os subprefeitos estão trabalhando com o Secretário de Coordenação das Subprefeituras, eu proponho que deixemos essa pauta como 1ª pauta, talvez pauta única, para que seja um dia dessa discussão somente ao Plenário, no dia 16. Sr. André - Não é a discussão do Plano e sim a apresentação e preparação dos Conselheiros para discussão nas regionais, então pode ser uma reunião até fora do trâmite normal do Conselho de Extraordinária, Ordinária. Sr. Pedro - Acho que deveríamos ter uma reunião exclusiva para apresentação do Plano com tempo necessário para que todos os Conselheiros estejam bem informados, possam tirar suas dúvidas, os que não estão no GT, que são a imensa maioria, estão desinformados sobre o Plano, se for um ponto de pauta, nós vamos ser pressionados para falar rapidamente e eu acho que deveria ser toda a atenção destinada à discussão do Plano, se a Executiva aceitar que sejamos pauta única, porque não tem outras pautas, tudo bem, ficamos no dia 16, se a Executiva falar, olha, já tem outras exigências, então marcamos uma Extraordinária antes do dia 16 porque a proposta é que dia 13 comece. Sr. André - Fica marcada para **dia 27 de agosto a próxima reunião desse Grupo**, para vermos o que a Executiva deliberou e ver o que a HABI já está organizando, como Cartilha. Sr. Tereza - Em 1º lugar, temos um bloco que fala da destinação dos recursos financeiros, a prioridade da ação municipal vai se dar em relação aos assentamentos precários, recursos federais para construção de novas unidades, estamos trabalhando com isso no Plano, com recursos municipais da ordem de 600 milhões, recursos estaduais da ordem de 150 milhões, federais na ordem de 150 milhões também, que vem através de OGU, PAC, essas coisas, temos um retorno do Fundo Municipal de Habitação estimado, isso é uma informação da COHAB que é como combate à inadimplência de 10 milhões, com as ações que eles têm implementado, temos o Fundo de Saneamento, o Fundo Municipal de Zonamento de 300 milhões, o Programa Minha Casa Minha Vida tem um convenio com a Prefeitura de construção de 12.000 unidades, que dá 624 milhões esses 2 anos, e tem os recursos de Operações Urbanas que são necessários repassar 930 milhões, as Operações vigentes somariam esses 930 milhões, então dá um total de 19 bi, 340 milhões, por aí. Sr. Kazuo - Como é que podemos garantir que esses recursos de fato serão utilizados para atender as necessidades habitacionais nesse período? Sr. Tereza - É um pressuposto da SEHAB que, se não tiver esse dinheiro, não sai a Operação, a Secretaria da Habitação não aplicará o orçamento municipal nessas Operações. Sr. - Temos acho que 15 anos de Operação Faria Lima, mais uns 10 anos da Operação Águas Espraiadas, nenhum recurso foi investido em habitação em nenhuma das 2 Operações, eu quero saber se há um impeditivo de continuar utilizando, como é que continua investindo recursos na Operação Urbana se tem que fazer habitação? Até agora são quase 10.000 famílias que estão previstas para serem removidas e a chance deles serem removidos, levados aos mananciais, como aconteceu na 1ª remoção, eu queria saber se o município não quer pôr recursos, há o risco da Operação Urbana continuar sendo conduzida de forma a priorizar as obras viárias e não a realocação das famílias. Sr. Alonso - Já tem 4 terrenos desapropriados, existe já um dispêndio de recursos financeiros na desapropriação, já tem emissão na posse. O Projeto do Jardim Edite, na Washington Luiz e outros 3 terrenos menores estão em fase final de licitação, é uma questão de 20 ou 30 dias já para início de obras, teremos essas obras que são 4 ou 5 empreendimentos de unidades habitacionais quase totalizam 900 unidades. Em fevereiro desse ano já tem 47 Decretos de Interesse Social publicados pela EMURB também para terrenos, para provisão de HIS por conta do Projeto do Via Parque. Sr. - Tem um projeto de vocês de fazer um conjunto habitacional para as famílias que estão na região lá, da Operação Faria Lima, eu queria saber quando vai sair do papel esse projeto. Sr. Alonso - Havia, não sei se é um artigo da Lei da Operação Urbana ou se é uma recomendação do Conselho Gestor mas todas as outras obras licitadas se não se vencessem etapas anteriores, essa é uma forma de garantir esses projetos, isso está no texto da Lei, isso deve estar no Conselho Gestor, talvez o André tenha informações mais detalhadas sobre isso. Sr. Carlos - Lá da Faria Lima, já temos o projeto quase todo pronto e ele está nesse pacote de licitação agora. Sr. Tereza - Esses 624 milhões, foram aprovados no final do ano passado, então eles estão sendo gastos nesse ano. Nada daqui é garantido, é tudo previsto. Sr. Kazuo - Esses 600 milhões eles são orçamento da SEHAB? Sr. Tereza - É recurso da Secretaria. Sr. Kazuo - Esse ponto que mereceria aqui, uma discussão mais profunda porque se estamos num processo de construção de um Plano Municipal de Habitação, que é componente de um sistema local de habitação e faz parte desse sistema a articulação desse Plano com o Fundo e com o Conselho. Sr. Tereza - Há posições favoráveis e contrárias a essa solicitação, aqui dentro mesmo da SEHAB, mas enfim, está destacado lá desde os princípios e diretrizes. Sr. André - Operações Urbanas 1 ano, essa deve estar espelhando provavelmente as necessidades atuais que estão contempladas aqui dentro do Plano, então uma observação para de repente ser trabalhada dentro do cenário de longo prazo, da previsão de arrecadação dos recursos financeiros é você considerar que você tem um conjunto de habitações que devem ser feitas. Sr. - Consideramos que a gestão vai se tornar mais eficiente se você consegue mobilizar mais recursos, mais financiamentos com qualidade evidentemente sem precarizar o serviço público mas sem inchar também a máquina, então eu acho que deveria ter uma tabela correspondente, sabemos que a COHAB notoriamente existe um descompasso entre o custeio e o nível de investimento dela. Sr. Tereza - Entre 2009 e 2024, os assentamentos precários totalizam 623.000 domicílios, dos quais 519.000 ficam no assentamento, não precisam ser realocados e 103.000 novas unidades são necessárias para realocação, bom, esse Programa vai consumir 13 bi e 900, mananciais, 166.000, 2 bi e 300, a requalificação de cortiços, temos 80.389 domicílios em cortiços, esse número caiu. Sr. - Já discutimos que Lei Moura não é moradia digna, se a meta é chegar à moradia digna, não é aplicar a Lei Moura. Sr. Tereza - Então é a meta é rever a Lei Moura, isso está aqui nas metas de revisão de legislação, então é 25% ou é 30%, nós temos esses números, o que eu falo é que a Secretaria da Habitação fez esse levantamento, chegou nesse ponto, agora se vocês quiserem um contraponto, tragam, não tem problema

nenhum, montamos um número, esse é o momento, estamos num debate público, não recebemos nenhum contraponto. Sr. Marly - O total de recursos 298.423, sinceramente não estou entendendo essa coluna. Se o que vimos nos últimos 20 anos para não dizer 30, entre 20 e 30 foi só um aumento de todas essas situações irregulares. Sr. Valentina – Nós temos acompanhado pela imprensa que no município de São Paulo o número de favelas diminuiu, pelo trabalho que temos observado, de pesquisadores, da FAU e de outras instituições é que essas favelas elas estão, não vou dizer sob controle mas elas estão sendo observadas e dentro de uma programação eu acho plausível a hipótese que você não tenha a criação de novas favelas. Sr. Marly - Nada nos impede de pensar que a região dos mananciais vai ser cada vez mais ocupada porque não dá para dizer agora que os pobres estão acabando no Brasil a capacidade do Poder Público de urbanizar é pequena, a boa vontade é grande mas a capacidade é pequena. Sr. - Sabemos que tem uma inércia, digamos, do Movimento de autoconstrução, de ampliação de loteamentos periféricos o custo de regularizar loteamento e depois infra estrutura é menor do que fazer um conjunto novo, então isso também tem impactos na parte financeira. Sr. Tereza - A Provisão foi o único Programa que teve projeção, nós temos 29 bi, então a previsão de destinação de recursos, a hipótese que devemos discutir aqui e agora, nós destinariamos os recursos distribuídos 100% para atendimento da inadequação e com isso consideramos que a inadequação não vai se propagar, se multiplicar porque nós resolvemos a inadequação, é teórico sim, a provisão mesmo com os recursos do Governo Federal aportando em novas versões do Minha Casa Minha Vida que eles estão assinando agora e tudo mais, esses recursos conseguem atender a demanda atual, parte da demanda projetada mas só 30% dessa demanda de déficit. Sr. Marly - Nós pusemos no Plano um Programa de Aquisição de Terrenos e esse Programa não aparece aqui. Sr. Tereza - Aqui não tem só Programa existente, tem Programa novo sim, aqui em urbanização e regularização é agrupamento dos Programas existentes de Requalificação da Moradia é novo, Subsídio ao Aluguel é novo. Sr. Kazuo - Enquanto a população está crescendo o 0,5% ao ano, a população favelada cresce a 3,4% ao ano, cresce num ritmo muito mais acelerado do que a população total do município, eu queria saber como que foi calculada essa demanda futura, eu estou achando pouco fundamentado esse número aqui, queria entender. Sr. André - O que pode ser pensado em premissas anteriores do Plano lá, talvez vocês pensarem para podermos ter uma discussão maior e até poder aprofundar. Sr. Tereza - Se tem um número que está fundamentado Kazuo, é esse 298.000. Sr. - É primordial que trabalhe com políticas de atendimento e políticas de provisão, para que não aumentem as políticas de inadequação, por outro lado esse passivo, entre aspas, usando o termo ambiental, ele é tão grande que se não houver recursos e não houver investimentos nessas áreas, ele tende, sabemos que vai haver um crescimento de uma inadequação, porque não há possibilidades de vencer toda essa demanda, porém é muito difícil de quantificá-la. Sr. Pedro - Imaginar que o Governo Federal vai colocar 8 bilhões de reais em provisão para os próximos 14 anos, já estamos com 29 bilhões, é uma previsão otimista, nessa previsão otimista dá para fazer 30% da provisão habitacional estimada, isso quer dizer que dos quase 400 mil, 300 mil não vão ser atendidos, estou arredondando, a meta é poder prover o Estado de fato assumir a sua responsabilidade de resolver o problema da habitação que é um Direito Constitucional, mas como sabemos das dificuldades disso ser implementado e mesmo na Constituição está colocado que é meta progressiva, não é instantânea, não sabemos nem como isso vai ficar, para ser resolvido vai depender justamente dessas porcentagens que vocês estão colocando aqui. Sr. Tereza – O que eu tenho hoje contado como convênio, como perspectiva da CDHU, é a destinação que ela faz de recursos hoje em São Paulo para o assentamento precário, isso aqui é convênio SEHAB/CDHU, nós não temos incluído aqui a previsão de investimento da CDHU na cidade. Sr. Pedro – Habitação como os outros setores também estão colocando uma reivindicação maior no orçamento dado a situação de calamidade pública que é o problema de habitação em São Paulo, que isso também seja levado para a Câmara Municipal, que já chegaram a ter 7% o orçamento de habitação em São Paulo. Sr. André – Temos que questionar só a viabilidade de se construir ou não, a própria conta que a Marly vai comentar agora, quer dizer, se nós somos factíveis de produzir “X” unidades, de atender “X”, a prática do que a estrutura tem colocado quando analisamos recursos, os recursos não são só monetários, eles são de esforços e isso é o que a ciência econômica mais observa, como que você faz a gestão de recursos e não só os monetários, esse Plano quanto mais rápido conseguirmos colocar em implementação, vamos ter mais tempo depois até para fazer a 1ª revisão, a 2ª, a 3ª, a 4ª e implementá-lo, aqui é um comentário meu, nas próximas discussões, temos que pensar que não podemos partir de 10 mil para 1 milhão, temos que consensuar um número junto com a Secretaria de Habitação e nós Conselheiros avançamos nisso porque senão nunca vamos ter um número de déficit. Sr. Marly – Nós precisamos produzir, para atender só a provisão 26.00 146 unidades por ano. Qual é a capacidade da SEHAB de produzir 26.145, se mostramos a realidade, temos condição de chegar na Câmara e pedir um aumento dos recursos para habitação, é só argumentar olha o tamanho do déficit, olha a nossa capacidade financeira de recursos humanos, nós precisamos mais dinheiro para habitação, se não o problema vai aumentar cada vez mais. Sr. Tereza – O que eu entendo dessa discussão até o momento é o seguinte, nós temos que explicitar melhor essa previsão de arrecadação dos recursos, se nós conseguirmos arrecadar recursos para fazer o que falta, não vamos ter demanda projetada na inadequação, se não isso vira inadequação. Sr. Kazuo – Acho que precisávamos trabalhar um pouco mais, que é essa meta de desenvolvimento institucional, está certo que a Prefeitura de São Paulo está na ponta. Vemos que no panorama nacional é a melhor estrutura de política urbana e habitacional com as equipes e tudo mais, mas vemos que também o tamanho dos problemas e os desafios condizem, é do mesmo porte. Nesse sentido acho que mereceria uma discussão sobre metas de desenvolvimento institucional para a Prefeitura de São Paulo, temos que começar a falar em recursos de custeio para melhorar essa gestão. Sr. Tereza – Nos cenários se precisamos ampliar a produção de tanto que é a oferta para tanto, precisamos melhorar a relação de custeio, mas ampliar esse custeio porque não tem milagre, a Fundação SEADE estima que são 162.000 nessa posição domicílio, então se daria um subsídio de 15.000 por família correspondente a 30 meses de 500 reais, dar um subsídio para complementar a renda da família com 500 reais para que ela consiga jogar isso só para o aluguel, pressupõe que depois dos 30 meses, essa família não depende mais desse subsídio. Sr. Kazuo – Quando discutimos locação social, principalmente em cidade do tamanho de São Paulo, começamos a perceber que para famílias de baixa renda de 0 a 3 salários mínimos, é uma estratégia fundamental para elas acessarem moradia em áreas centrais onde tudo é mais caro, porque para comprar mesmo que um sub-

sidio não consegue. Não consegue viabilizar, compra e venda muitas vezes não funcionam nessa área, é inviável tanto para o Poder Público quanto para o mercado. Sr. Violêta - Não é necessário detalhar porque podem surgir modalidades desse mix possível na própria provisão quando você estiver trabalhando todo o empreendimento, você destinaria um mix de locação sem dizer especificamente que um percentual X foi para locação. Mas foi uma ideia que surgiu até em HABI Sudeste e que poderíamos fazer progredir no próprio monitoramento e na aplicação da própria política. Sr. Pedro – Deveríamos fazer uma curva que vai diminuindo em função dos cenários econômicos, a necessidade de complemento. Sr. Tereza – Tem a sugestão da Marly, fazer um destaque para o que vai ser investido desse valor em provisão, um subprograma teria provisão. Sr. André – Marly, não é que eu discordo contra banco de terra, existem outras formas de provisão habitacional de construção que hoje pode estar sendo pensadas ou que podem vir a serem pensadas futuramente, que não necessariamente obrigue a ter um banco de terras, nas diretrizes quanto novas provisões ou como nós vamos atender, então que se fale, que se crie um banco de terras, lá pode ser colocado, você vai construir um apartamento em cima, um prédio, até uma unidade horizontal, eu preciso ter terra, então eu acho que já está dentro da provisão, podemos ter esse resultado com uma diretriz lá atrás e não como um programa, acabamos de ver uma outra posição que pode acontecer, a terra pode ter um uso misto. Sr. Pedro – O item de programa de aquisição de terras, eu acho que se esse novo item entra, de provisão, tem que riscar daqui, some esse 22 bilhões daqui e se divide em dois na verdade a provisão, que não faz muito sentido você substituir isto por um programa de aquisição de terras, de propriedades. Sr. Valentina – Estamos vivenciando um momento de que a reconstrução da cidade é bastante importante, eu estou aqui só fazendo um comentário que ao longo da várzea do Tietê existem loteamentos legais da década de 40, 50, extremamente precários, que se usássemos expedientes como a requisição urbanística que foi uma figura que não aconteceu no Estatuto da Cidade, mas ela pode ser feita tranquilamente por consórcios entre público e privado dentro desse conceito e você pode fazer a reconstrução urbana de setores bastante antigos e bastante precários, não necessariamente loteamentos irregulares e etc., então claro que você não tira a possibilidade e o potencial de construir em terrenos vazios, mas eu acho que não deveríamos ter só essa perspectiva, até porque muitos terrenos vazios que a CDHU fez bancos de terras, eles acabaram sendo invadidos e transformaram em favelas, para fazer isso você teria que fazer um levantamento por setor desses loteamentos mais antigos onde poderiam ser frutos de trabalhos de requisição urbanística, por exemplo, ou de incorporação imobiliária em parceria com o Governo Municipal ou Estadual, para fazer um trabalho de reconstrução urbana e não só uma ocupação de vazios, mas isso dependeria de outros levantamentos que eu acho que na implementação do Plano isso vai ocorrer, eu acho que não é necessário isso até agora, fico com essa impressão, eu acho que está de bom tamanho o que está colocado aqui como Plano. Sr. Pedro – Tivemos um debate no Conselho no momento que o Município teve que comprar terra porque o Minha Casa Minha Vida não estava se viabilizando em São Paulo se não tivesse ação decisiva do Município para aquisição de imóveis, na frente da política de provisão tem que ter uma política que está concebendo aonde fazer, aonde repovoar, como comprar, que tipo de projeto fazer. Sr. Marly – O Estado requisita, tira as pessoas de lá, faz todas as obras e devolve as pessoas depois que está urbanizado, esse instrumento pode ser usado nessa política que nós temos aqui de melhoria dos loteamentos irregulares, das favelas, esse instrumento é uma pena que não está no estatuto, mas podemos criar através de lei no Município. Você retira uma parte não tudo, como foi feito em Madrid, pega um pedacinho coloca para cá, urbaniza, devolve, isso é um instrumento para melhoria, não é instrumento para novas unidades, não dá para deixar um Plano desse sem uma política de aquisição de terra. Sr. - Se nós conselheiros, a própria Prefeitura, a COHAB, a SEHAB, como seja, não levantar aonde que tem as áreas e apresentar e até os conselheiros ver áreas e indicar, vai ficar só mais no papel, não prospera a quantidade de moradia que nós queremos. Sr. Tereza – Nesse item de provisão habitacional que tem lá inclusive o capítulo do programa, nós vamos incluir que como um componente fundamental dele, temos a questão da aquisição do imóvel e tem a questão do acesso, tem financiamento e locação, acho muito importante, isso eu vou propor aqui para Secretaria, que façamos uma reunião com o Governo Estadual, fazer um convite para que o Governo Estadual coloque as perspectivas de metas de produção da CDHU na Cidade de São Paulo e recuperemos as metas do PLANAB também. Sr. Violêta – Também precisamos fazer nessa adequação compatibilizar a nossa legislação mais restritiva com a legislação Estadual para as APRMs que já tem leis específicas nos mananciais. Sr. Tereza – Eficiência da aplicação dos recursos financeiros, implantar um cadastro unificado da demanda nos três níveis de Governo, isso é meta dos três Planos na verdade, revisar aplicação dos subsídios habitacionais para alinhá-los, alinhar a aplicação dos subsídios nos três níveis de governos também, aprimorar o controle de custo de produção de todos os programas e controlar o retorno dos investimentos para combater a inadimplência. Sr. Marly – Eu queria deixar registrada a minha preocupação com o decreto que foi feito no dia 30 de julho de 2010, 51674, dispõem sobre normas específicas para a produção de empreendimentos de habitação de interesse social. Aqui diz onde a Prefeitura de São Paulo está querendo fazer empreendimentos de habitação de interesse social, fazer nas áreas rurais do Município, fazer nas áreas desde que tenha parecer favorável da Secretaria do Meio Ambiente em áreas de proteção, então é preocupante, quer dizer, aqui está dizendo onde vai fazer os HIS, área rural, área de proteção, área industrial, área isso, área aquilo, então é um decreto, está mais ou menos dizendo onde vai fazer, por isso é importante ter uma política de aquisição de imóveis, tem que dizer onde. Sr. Pedro – No slide de monitoramento do Plano sugeri que a prestação anual de contas não seja só o Conselho, que ela seja pública, pode ser acessível para qualquer cidadão, pela internet, pelo site da SEHAB, tem pesos e medidas diferentes para tratar dos setores que funcionam na SEHAB e setores que não funcionam, espero que os movimentos possam defender que haja uma ampliação dos recursos no Fundo Municipal de Habitação progressivamente de modo que a gestão democrática seja garantida, dependemos da tabela de preços da SSO e de Edif, e essas tabelas não são muito adequadas para projeto habitacional, ela é mais para infra-estrutura, para escola, equipamento, para habitação é fundamental que tenha como tem o SINAP que tenha uma tabela de preços, no arcabouço técnico seria importante fomentar iniciativas para inovação nessa área, é interessante ter concursos públicos, não para tudo, mas enfim, em projetos estratégicos, ter parceria com as universidades tem que ter uma porcentagem da política que é dirigida para construir um novo em termos de implantação, sustentabilidade, qualidade da edificação, ter um programa de avaliação de pós-ocupação, porque tem os desastres sociais e ambien-